

O PORTO NAS PÁGINAS D'O ESPECTRO – UMA LEITURA DA PATULEIA

Por A. do Carmo Reis

Abstract

The article presents a reading of the Patuleia's Civil War (1846-1847) through the political newspaper «O Espectro», famous clandestine periodical by António Rodrigues Sampaio. The national time and the international context situate the field of study which is, in fact, the issue of national salvation, questioned by the illegitimate Power of General Saldanha's Cabralism. It is the city of Oporto that takes the lead on the national mobilization against tyranny and, therefore, wins the right to be called the Land of Liberty. The newspaper «O Espectro» fuels that patriotic flame of combat against despotism, all over the Country. The article closes with two reflection notes on the Liberal Revolution and on Septemberism, as a research proposal.

INTRODUÇÃO

1. Identificação do Jornal

Lisboa, que fazes? O Porto, o paiz inteiro chama por ti.
E tu não ouves?

O Espectro, 20 de Janeiro de 1847

Logo a epígrafe nos insinua que *O Espectro* é o Porto em diáspora. Porque o Porto representa o País, e o País fala pel' *O Espectro*.

É nossa intenção mostrá-lo com argumentos claramente legíveis. Avançamos, desde já, a cadeia do raciocínio: sem o Porto talvez não houvesse Setembrismo; sem o Porto, não haveria certamente Junta Provisória do Governo Supremo do Reino; sem o Porto, seguramente não havia *O Espectro*.

É este jornal uma folha perseguida que persegue os seus perseguidores. Voz escrita contra o despotismo, de origem e manufatura obrigatoriamente ocultas a quem a poderia calar, a sua manutenção dependeu do génio político e literário, da astúcia inventiva e do trabalho insano que, num prelo de madeira e numa caixa de caracteres tipográficos, fizeram «a sombra das vítimas que acompanhará sempre os seus assassinos e opressores»¹.

A existência d'*O Espectro* não foi longa. No entanto, durou o suficiente para afirmar a sua identidade num conjunto de atributos próprios e, portanto, verdadeiramente distintivos (FICHA TÉCNICA).

1.1. Um jornal clandestino

Decorre esta característica fundamental do exórdio que fizemos. Não é, por conseguinte, o pequeno formato e a sua presumível aproximação ao panfleto que denunciam essa qualidade na qual se reconhece como «dedo invisível da Providência»². Nem deriva apenas da sua índole política de jornal de Oposição ao Cabralismo ainda no Poder pelas rédeas que as mãos de Saldanha agarravam. De facto, a clandestinidade d'*O Espectro* compreende-se numa época constitucional de tribulações em que a rainha Dona Maria II decreta a suspensão da liberdade de Imprensa³. É nesta circunstância que o jornal se assume como insubmisso à lei do Governo. Não o faz, porém, de qualquer modo, mas de maneira total e no grau supremo: considera-se, efectivamente, como «en-

¹ N° 1, 16 de Dezembro de 1846.

² Ibidem. Panfleto era, na verdade, a folhinha clandestina d'*O Estado da Questão*, aparecida em 23 de Outubro de 1846.

³ A interdição era grave, tanto como o seu momento. A conjuntura sombria, se não justificava, ao menos permitia compreender que se pusesse entre parêntesis um valor sagrado do Liberalismo a que Alexandre Herculano chamava «um dogma, o primeiro da religião política moderna». Cf. HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*, 8, Lisboa, José Bastos & Cª Editores, 1907, p.17.

viado de Deus» a quem foram dados os privilégios da ubiquidade e da onisciência, pelo que «vê tudo e ninguém o vê a elle»⁴. Logicamente, a identidade profética justifica um estatuto de excepção que ultrapassa a hierarquia do Poder humano e não terá que dar contas a quemquer porque «*O Espectro* só obedece a Deos»⁵.

1.2. Um jornal político

É certamente este o carácter que mais se imprime n'*O Espectro*. Na verdade, é apaixonante o entusiasmo com que o jornal intervém na vida do Estado e, num tempo intervalar de paixões desabridas, exerce o direito de cidadania pela notícia, pela doutrina, criticando, investivando, exortando⁶. O seu carácter político exprime-se inequivocamente e exemplarmente na defesa da Liberdade. Eis o altíssimo valor que inspira e sustenta o jornal. Não como valor definitivamente conquistado, mas conjunturalmente ameaçado. Ainda que seja sempre sua a esperança de que a «liberdade há-de sobreviver aos tirannos»⁷. Daí que incentive a militância escrita contra a opressão exercida pelo despotismo cabralista, entendido como aberração constitucional que trai o Poder legítimo e friamente o espezinha⁸. Na conjuntura em que aparece e realiza o projecto de resistência, a folha bate-se denodadamente pelos princípios da Revolução Liberal, que são os «da Justiça, da liberdade, da igualdade»⁹.

⁴ N° 42, de 23 de Abril de 1847.

⁵ N° 6, de 28 de Dezembro de 1846.

⁶ É, sobretudo, a conjuntura fértil de acontecimentos em que *O Espectro* se situa, que permite a Rodrigues Sampaio escapar ao perigo da falta de assunto. Esse perigo que Umberto Eco, em entrevista ao *Expresso*, de 20 de Fevereiro de 1988, considera a «primeira maldição» para o jornalismo diário do século XX.

⁷ N° 5, de 26 de Dezembro de 1846.

⁸ O Governo de Saldanha estabelece, de facto, um regime de excepção. É, na verdade, uma ditadura (no que repõe o velho modelo romano) e exprime, no século XIX, a forma contraditória de Regime Constitucional: se esta sua identidade se situa na época contemporânea, o seu autoritarismo efectivo suspende a Liberdade política e, portanto, confere à constitucionalidade um carácter meramente formal.

⁹ N° 1, de 16 de Dezembro de 1846. Esporadicamente, Rodrigues Sampaio põe em evidência aspectos sociais que, por serem pungentes, o parecem colocar no caminho do anti-Liberalismo: como, por exemplo, quando contrapõe aos «caprichos» da Rainha a miséria da «mãe que só tem de seu os carinhos, a ternura do seu coração e o

1.3. Um jornal nacional

Desde logo, não no sentido de imprensa-monopólio mas como grelha de enquadramento de um povo contra o Poder¹⁰. De facto, *O Espectro* é um jornal de Oposição e, nas condições de guerra civil em que aparece, é uma força que actua para formação da opinião pública contra o Governo em presença. A sua projecção ultrapassa francamente os seus Autores (redactor e compositor) e a facção partidária que serve (a setembrista), fazendo-se notícia e mentalização na dimensão nacional da Patuleia. O seu carácter nacional não é apenas uma vocação, é um facto. Realmente, *O Espectro* surge como liderança informativa na conjuntura anti-cabralista, voz que se levanta e sempre fala em nome de uma Nação sacrificada, defesa escrita do mais lúcido patriotismo liberal que serve a Pátria e não deve nada à Rainha; veículo da Imprensa do Porto não só para dar relevo aos actos da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino (porque identificado com a sua causa), mas também para contraditar as notícias oficiais de Lisboa propagadas pelo *Diário do Governo*, o «almocreve das petas» que Rodrigues Sampaio continuamente põe a ridículo, contesta, repudia e rechaça¹¹. Assume-se como jornal nacional que possui rede de correspondentes e que, não tendo embora pregoeiros nem vendedores, tem distribuidores, os mais sagazes, temerários e ladinos: conseqüentemente, «podia correr sem licença do Santo Officio, e até apesar d'elle. (...) *O Espectro* vai às Necessidades, vai às secretarias de Estado, às estações da polícia, vai aos países estrangeiros, vai a toda a parte»¹². Jornal nacional, não só no rigor geográfico desse horizonte, mas também na esfera política em que se jogam os destinos do Estado: referimo-nos expressamente à atitude de defesa da Independência Nacional que

suor do rosto do seu marido». Cf. Nº 13, de 13 de Janeiro de 1847. No entanto, as ideias socializantes que, por aquela altura, se embrenhavam na Europa, são alheias a este discurso que se radica somente nos objectivos originários da Revolução Liberal e que os próprios liberais vieram a esquecer. Nada n' *O Espectro* sobreleva o valor sagrado da Liberdade. Tanto assim é que, no seu último número, o Redactor deixa a promessa solene de que «ressurgirá de novo debaixo da sua campã» se acontecer que o Povo fique «eternamente sem garantias». Nº 63, de 3 de Julho de 1847.

¹⁰ Antes de mais, o que sabe ler ou ouve ler. Faltam-nos ainda dados suficientes e seguros para ajuizarmos sobre tiragens e níveis de consumo de Imprensa, na época em estudo.

¹¹ Nº 38, de 7 de Abril de 1847.

¹² Nº 40, de 13 de Abril de 1847.

sustenta de modo pertinaz contra qualquer intervenção estrangeira; e tanto apreço tem o jornal por esse valor colectivo que suspende a sua edição a partir do momento em que a Convenção de Gramido põe termo ao combate nacional da Junta do Porto¹³.

2. Perfil do Jornalista

O jornalista é o sacerdote d'uma religião, d'uma crença social – expõe a sua doutrina, discute, convence ou é convencido. A sua alma deve respirar sempre o amor, o seu apostolado é um apostolado de paz.

O Espectro, 26 de Fevereiro de 1847

Pierre Larousse deixou escrito: «É somente no período revolucionário que aparecem os verdadeiros jornalistas»¹⁴. São palavras que nos remetem imediatamente para um estudo da importância determinante que teve a Imprensa na Revolução Francesa e em todas as revoluções que se lhe seguiram. A sentença vem, no entanto, muito a propósito para situar em contexto exacto o redactor d'*O Espectro*, a quem sem favor se deve reconhecer a qualidade de «voz mais esclarecida da imprensa patuleia»¹⁵.

António Rodrigues Sampaio cumpriu a «verdadeira missão do jornalismo que é de esclarecer a opinião pública»¹⁶. No seu ofício, em cujo desempenho o amor é combate ardente contra o despotismo, respeitou o código deontológico de quem serve «a mais sancta das causas»¹⁷. Realiza a sua vocação de modo próprio, inconfundível. Em apontamento sumário, distinguiremos o seu perfil.

¹³ O N.º 57, de 14 de Junho de 1847, é quase todo um «Protesto» da Junta do Porto contra os militares da intervenção britânica que logo se traduzia na «iniqua detenção da sua esquadra e mais iniquo aprisionamento e desarmamento da sua brilhante divisão». Apesar da ingerência se haver consumado, *O Espectro* reconhece que as novas condições políticas não porão em causa a salvaguarda da Liberdade: por isso, assume a sua extinção na hora certa.

¹⁴ LAROUSSE, Pierre – *Grand Dictionnaire Universel du XIX Siècle* (...), 9, Paris, 1873, p.1054.

¹⁵ TENGARRINHA, José – *La Presse illégale portugaise pendant la Guerre Civile de 1846-1847*, «Bulletin des Études Portugais», 27, 1966, p. 146. Pelo carácter do jornal, poder-se-ia encontrar nele o conteúdo para uma análise do pensamento político de António Rodrigues Sampaio.

¹⁶ LAROUSSE, Pierre – *Op. Cit.*, Ibidem.

¹⁷ N.º 27, de 26 de Fevereiro de 1847.

2.1. *Estilo bíblico*

O redactor assume a estatura profética de quem se propõe fazer cumprir o oráculo de Javé Sabaot contra os sacrílegos que bebem, outra vez, em honra dos deuses nos vasos de Jerusalém¹⁸. Veste a pele de Jeremias e com o mesmo fogo de alma brande o látego justiciero.

2.2. *Tom oratório*

Oliveira Martins afirma que há «no estilo dos seus artigos lardeados de latim um tom de sermão»¹⁹. Isso tem a ver com múltiplos aspectos da personalidade que foi Rodrigues Sampaio, entre os quais se destaca, como alicerce cultural, a formação religiosa e eclesiástica ministrada no seminário por onde passou. Com efeito, o tom inflamado da sua linguagem polémica e, de quando em vez, triunfalista, a organização retórica da sua eloquência, os recursos literários do raciocínio persuasor, denunciam uma vigorosa influência escolástica²⁰. No entanto, existem outros elementos de compreensão que residem no tempo do jornalista: a necessidade de se contrapor ao discurso demagógico da Imprensa oficial e de fazer um texto que, para levar a mensagem ao maior número (geralmente analfabeto), teria de ser lido em voz alta para grande assembleia. Um frémito guerreiro contra Dona Maria II tocara os corações de quem ouviu palavras assim:

«*O Espectro!* Oh! Não será um só, serão muitos. Levantar-se-hão todas victimas, a muitas das quaes nem lhes terá sido concedida uma sepultura, essas ossadas dispersas em tantos campos de batalha, esses martyres de todas as crenças, e farão as suas imprecações. Entrarão,

¹⁸ Efectivamente, *O Espectro* lança, logo no primeiro número, o cenário da ceia de Baltazar que vem narrada no livro de Daniel, V, 5-25.

¹⁹ MARTINS, Oliveira – *Portugal Contemporâneo*, 2, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1979, p. 192, Nota I.

²⁰ Rodrigues Sampaio foi, de facto, um bom escritor. Poder-se-á fazer uma antologia literária de extractos d'*O Espectro* e ter-se-á a surpresa de apreciar um discípulo do Padre António Vieira. Ex-tonsurado que era, como o eram tantos egressos de mosteiros e conventos, na sequência dos anos de 1832-1834 da Revolução Liberal, vem lembrar-nos também que falta um estudo sério e coerente sobre o importante papel desempenhado pela Igreja Católica na vida política e cultural da segunda metade do século XIX, nomeadamente na Imprensa e através dela.

primeiro, os espectros de Torres Vedras, e dirão: Morremos todos por ti, que te dizes rainha. Eramos populares e defendíamos as prerrogativas da coroa, os interesses do povo a quem chamas teu. Morrendo te aclamamos, e tu exauthoraste-nos, e tu mandaste-nos assassinar – Ave Caesar, morituri te salutant!»

(*O Espectro*, de 28 de Dezembro de 1846)

2.3. *Carácter burguês*

A independência com que escreve, a autonomia crítica, mostram um jornalista culto que não deve obediências feudais nem tem complexos nobiliárquicos. Tal significa que Rodrigues Sampaio assume inteiramente a identidade burguesa: a que se faz de valor pessoal e mérito. No século XIX cheio de liberais feitos barões e viscondes, por cobiça ou por galardão, este homem cumpre um itinerário político de paradigma: nele se personifica, do modo menos impuro possível, o processo revolucionário do Liberalismo.

CAPÍTULO PRIMEIRO

O tempo histórico d'*O Espectro*

Portugal está retalhado em bandos – aqui aclama-se o Governo de Lisboa, alli a carta e a rainha, acolá o proscripito d'Italia.

O Espectro, 19 de Dezembro de 1846

A revolta da Maria da Fonte terminara. No entanto, apesar da queda compulsiva de Costa Cabral haver satisfeito as reivindicações principais do povo amotinado, Portugal permanecia reino da instabilidade. Em princípios de Junho do ano de 1846, uma remodelação ministerial pusera fim ao Governo dos três duques, Palmela, Terceira e Saldanha. Tudo correu muito depressa e, ao cabo do mês de Julho, o decreto das Eleições Legislativas vinha carregar de ansiedade a atmosfera política.

É nesse tempo intranquilo que vê reaparecer fantasmas miguelistas e torna cada vez mais previsível o regresso do Setembrismo ao Poder, que Sua Majestade Dona Maria II interrompe o processo normal dos acontecimentos, demite Palmela e entrega ao general

Saldanha a chefia do Ministério. A Oposição reage imediatamente contra o golpe que entende ser anti-constitucional e logo o denomina de «Emboscada» por considerar que a rainha foi vítima de uma operação traiçoeira armadilhada pelos cabralistas. Na cidade do Porto, instala-se a Junta Provisória do Governo Supremo do Reino que, em breve intervalo, se faz epicentro e vanguarda da luta nacional contra Lisboa, que foi a Patuleia. Enquanto não tarda a aparecer, numa outra frente do mesmo combate – o da Informação e do esclarecimento dos cidadãos, *O Espectro* de António Rodrigues Sampaio.

Consumava-se a ruptura entre as forças da Monarquia Liberal e, doravante, a situação iria ser de antagonismo entre «dous princípios rivaes – o popular, o revolucionario (...) e o governo pessoal com todas as tendencias retrogradadas, com todas as inclinações do despotismo»²¹.

A compreensão do quadro em que os acontecimentos se desencadeiam e desenvolvem passa necessariamente pela análise das circunstâncias nacionais e internacionais.

I.1. Tempo Nacional

As perturbações político-militares que marcam os anos de 1846 e 1847 inserem-se numa longa crise de crescimento do Regime Liberal que arrancara no ano de 1820, tomara direcção em 1834 e tendia para a consolidação de 1851. O tempo português de então é, conseqüentemente, de processo revolucionário em curso. As suas componentes são, no período em estudo, as seguintes:

I.1.1. Uma ditadura constitucional

Efectivamente, o Executivo de Saldanha toma posse ao abrigo do Artigo nº 145, § 34, da Carta Constitucional que atribui à Rainha «plena Authoridade e poderes» para, em circunstâncias excepcionais, o fazer. Logicamente, são decretadas todas as leis que criem condições para o exercício autoritário do Poder²². Entre os diplo-

²¹ *O Estado da Questão*, de 23 de Outubro de 1846, panfleto da autoria de Rodrigues Sampaio.

²² Além do Decreto de 7 de Outubro de 1846, referência principal, outros Decretos são, no mesmo dia e igual mês, redigidos, promulgados e logo publicados no

mas, salienta-se obviamente o decreto de 7 de Outubro de 1846 que suspende as garantias individuais e a publicação de jornais e periódicos²³.

1.1.2. O cisma nacional

A sociedade portuguesa vem de sofrer a convulsão da Maria da Fonte, e os traumatismos experimentados não provocam apenas a degradação financeira; cavam divisões insanáveis na vida política. Costa Cabral caiu, mas o Cabralismo sobrevive no Governo de Lisboa, com novo rosto. Eis por que se reactiva a corrente partidária que se referencia ao Vintismo, na defesa intransigente da soberania da Nação como fonte do Poder. O Setembrismo reorganiza-se e ataca com todas as armas disponíveis, assumindo a chefia de uma das frentes da Guerra Civil, a mais vasta e popular. É no contexto deste fratricídio constitucional que renasce o Miguelismo, a contra-revolução de virtualidades recentemente testadas no apoio da população camponesa²⁴. O que, de resto, não admira numa época que é ainda da progressiva conversão ao regime político do Liberalismo.

I.2. Tempo Internacional

A Europa aproxima-se das tempestades de 1848. Efectivamente, vai ser varrida por fortíssimos vendavais, e até Metternich, chanceler austríaco, personificação do serôdio Despotismo Esclarcido, não resistirá ao ataque decisivo do Constitucionalismo Mo-

Diário do Governo: entre eles, o que dissolve os corpos das Guardas Nacionais (7 de Outubro de 1846) e outro que encerra a Universidade (16 de Outubro de 1846). Não passe despercebido que as Guardas Nacionais haviam sido o braço militar do Governo Setembrista.

²³ Este Decreto censório seria, mês a mês, prorrogado até ao termo da Patuleia. O cumprimento da legislação não seria imediato. Por exemplo, o *Periodico dos Pobres no Porto* interrompe a publicação em 31 de Outubro de 1846. A Junta do Porto havia, entretanto, de responder com a eliminação dos jornais que não lhe eram affectos.

²⁴ A revolta da Maria da Fonte desenvolvera-se por um impulso de reacção popular a medidas progressistas de Costa Cabral. Não lhe retiramos a espontaneidade, se lembrarmos que algum Clero e alguma Nobreza rurais aproveitaram o movimento camponês para atacar o Poder do Estado Liberal, que para eles, aristocratas fundiários, seguira uma política de espoliação.

nárquico. Ao mesmo tempo, na França, Luís Filipe abdica e o reinado dos banqueiros acaba: é a Revolução de Fevereiro, instalando uma República social, que se propõe dar cumprimento à plenitude da «Liberdade, Fraternidade, Igualdade», trilogia programática anunciada em 1789 e jamais satisfeita.

A gestação destes movimentos políticos, liderados pela burguesia ou já contra ela (como acontece em Paris), faz-se no seio europeu que envolve o Portugal de 1846. Não tardarão a chegar as ideias republicanas que vão entusiasmar José Estêvão, Oliveira Marreca e Rodrigues Sampaio, os triúmviros que o Governo apavorado imaginou serem «hidras» a decepar. O importante, no entanto, é que está em vigor a Quádrupla Aliança e, por ela, a Rainha tranquiliza-se e confia na segurança externa do Regime Constitucional.

CAPÍTULO SEGUNDO

A grande questão: A salvação nacional

O Espectro nunca desesperou da salvação da Pátria.

O Espectro, 26 de Fevereiro de 1847

Ao longo da Patuleia, a Junta Provisória do Governo Supremo do Reino invoca os princípios do «sistema representativo», dirige e incentiva o «patriótico desenvolvimento do pronunciamento nacional», tudo decreta e determina «em nome da nação e da rainha»²⁵.

A gravíssima circunstância onde tudo tem de ser resolvido reside na oposição que existe entre a «nação portuguesa e o bando faccioso que domina Lisboa»²⁶.

À causa da Junta do Porto, à «democracia» que a institui e à estratégia de patriotismo que ela acciona, adere *O Espectro* que por esses valores travará o combate ao Cabralismo (sem Cabral) que é o despotismo de Saldanha. Na verdade, o jornal de Sampaio está sem-

²⁵ N° 23, de 13 de Fevereiro de 1847. É esta uma citação, entre muitas outras iguais ou semelhantes. A partir d'*O Espectro* pode elaborar-se um corpo significativo de legislação da Junta do Porto.

²⁶ N° 43, de 28 de Abril de 1847.

pre ao lado da Junta porque ela «representa o paiz, todas as suas illustrações, a reunião das diversas classes, a collecção de todos os grandes interesses»²⁷. Transporta em sua alma setembrista o entusiasmo do «grande partido constitucional»²⁸. Por isso, assume-se como vanguarda nacional pela palavra escrita, e todo o seu discurso político aparece como legitimação do movimento militar das «forças constitucionais do Conde das Antas»²⁹.

O ingente esforço para dar voz à Nação que sofre, a energia com que é fulminado o Governo da capital, não se reduz ao anti-Cabralismo militante. De facto, *O Espectro* aceita, defende e interpreta a Carta Constitucional como garante do Poder legítimo, denunciando o abuso de quem a perverte em cobertura de um Poder arbitrário. Se bem que tenha indefectível opção pela «monarchia representativa», Rodrigues Sampaio exige tão só que a Coroa seja constitucional, sem que reduza esta qualidade a um carácter exclusivo da Constituição de 1838³⁰. E, assim, é «acclamando rainha e carta» que ele aponta inequivocamente o principal inimigo, qual é o Absolutismo despótico³¹. Efectivamente, é a permanente constatação de iminência de regresso a esse autoritarismo que alimenta as páginas d'*O Espectro*. Os ataques com que verbera a prepotência serão, muitas vezes, demasiado acutilantes e, uma vez ou outra, incontrolados. A seu tempo, todavia, ressurgirá a moderação, e o pragmatismo conterà a impulsividade para tomar partido pela «Carta reformada»³². Ver-se-á novamente a tática setembrista: a posição política de aceitar a Carta quando é credível a perspectiva de a reformular no sentido de uma democratização.

2.1. A denúncia da ilegitimidade do Poder

A folha inflamada de Rodrigues Sampaio pergunta se é «constitucional o governo que tem só o apoio dos soldados»³³ e responde

²⁷ N° 2, de 19 de Dezembro de 1846.

²⁸ N° 9, de 11 de Janeiro de 1847.

²⁹ N° 12, de 11 de Janeiro de 1847.

³⁰ N° 63, de 3 de Julho de 1847. A atitude não é inédita. Já em 1832, quando o Regime Constitucional estava em perigo, a opção consciente pela Carta foi tomada por todos os liberais.

³¹ N° 2, de 19 de Dezembro de 1846.

³² Suplemento ao n° 54, de 4 de Junho de 1847.

³³ N° 2, de 19 de Dezembro de 1846.

categoricamente que as «condições do poder» se encontram «só no partido nacional que sauda a Junta do Porto»³⁴.

O Governo de Saldanha é, já pelo seu carácter pretoriano, a negação da soberania popular. No entanto, a sua ilegitimidade reside no processo arbitrário da sua investidura, acto alheio à vontade do povo, pelo qual «a Carta não foi só violada, foi destruída»³⁵. Realmente, quando o Poder Moderador agiu nos termos do § 5 do Artº 74 da Carta Constitucional³⁶, desprezou o princípio de que o «throno da rainha só pode ser sustentado pelos liberaes: a sua coroa é condicional, segundo a Carta»³⁷. Foi um golpe de Estado que entregou o Governo «à traição e ao prejuizo de homens sem alma e sem fé»³⁸, origem perversa de «um ministerio que sahiu de uma emboscada»³⁹ e, por isso, tão falho de apoio popular como carecido de representatividade.

A falta de apoio nacional, vício grave e dirimente, corta o vínculo à matriz do Poder Político e, conseqüentemente, o Executivo de Lisboa é tirano e mais não fará senão governar por decreto. O seu despotismo está impregnado de Cabralismno excessivo porque, de facto, não pode sequer reclamar-se do aval do sufrágio popular que, apesar de tudo, Costa Cabral lograra ter. Mais ainda: sendo um ministério que «nem é dos nobres nem do povo»⁴⁰, confere à Realeza, pelo modo como esta lhe dera instituição e dava manutenção, um cunho partidário. Tal compromisso merece especial repúdio d'*O Espectro* que «considerou o chefe de estado impecavel enquanto elle não desceu da esfera da sua inviolabilidade, e fulminou-o quando o vio lançar-se na arena dos partidos»⁴¹.

³⁴ N° 43, de 28 de Abril de 1847.

³⁵ N° 5, de 26 de Dezembro de 1846.

³⁶ Texto da Carta: «Art. 74. – O rei exerce o Poder moderador. (...) § 5. Nomeando e demittindo livremente os ministros de Estado».

³⁷ N° 2, de 19 de Dezembro de 1846. Rodrigues Sampaio explicaria: «Apenas a rainha se proclama absoluta, o seu imperio cahiu; porque o seu throno era constitucional, e o despotico não o reconhecemos», n° 12, de 11 de Janeiro de 1847.

³⁸ N° 38, de 7 de Abril de 1847.

³⁹ N° 5, de 26 de Dezembro de 1846.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ N° 27, de 26 de Fevereiro de 1847. O que não belisca o patriotismo de Rodrigues Sampaio, como veremos. É a postura da rainha, esquecida da posição supra-partidária que lhe competia, a causa de ter o jornalista defendido, em certa fase da luta, a abdicação da Soberana. N° 26, de 24 de Fevereiro de 1847. O que não significa necessariamente uma inspiração de republicanismo.

Rodrigues Sampaio não questiona a Carta Constitucional. O que faz é atacar a Coroa, que acusa de renegar as normas da constitucionalidade, por haver entregue a chefia do Governo a um «ex-duque carbonario, republicano, absolutista, beato e hypocrita»⁴², que exerce um Poder ilegítimo porque nele o «povo é calcado, a rainha declara-se absoluta»⁴³. A ordem política que desse modo se instala e mantém torna-se abominável aos olhos dos liberais, repõe o Antigo Regime, serve a «contra-revolução de 6 de Outubro»⁴⁴. Daí que, por conclusão, a sentença seja peremptória em dizer que a «um throno despotico o direito de D. Miguel é melhor»⁴⁵.

2.2. O combate ao Cabralismo

Porque identifica Cabralismo com Absolutismo, *O Espectro* sai à estacada «contra todos os absolutistas»⁴⁶. Anima suas páginas a mística de guerra santa que nutre o ardor do Setembrismo, projecto político revigorado pelo triunfo ainda recente da Maria da Fonte sobre a tirania.

O golpe palaciano da Emboscada suscita, naturalmente, interpretações opostas. A que o Porto faz, quando a informação lhe chega, é a de quem facilmente aceita que a Rainha se encontra na situação de «coagida a hostilizar a nação e a governar como absoluta»⁴⁷. A redacção d'*O Espectro* dá a notícia como verdadeira e logo deixa claro que o «povo respeita a rainha, respeita o throno, mas engana a rainha e é inimigo do throno quem conclue d'ahi que declarando-se a rainha em coacção, a sua coroa está segura»⁴⁸.

No quadro sombrio da crise, terão pensado os setembristas num combate em várias frentes e a primeira seria a de libertar a

⁴² N° 23, de 13 de Fevereiro de 1847.

⁴³ N° 11, de 9 de Janeiro de 1847. Na verdade, existe dose bastante de Vintismo n'*O Espectro*. Mas o carácter cristão do pensamento político de Rodrigues Sampaio explica mais cabalmente a resistência ao Poder arbitrário.

⁴⁴ N° 5, de 26 de Dezembro de 1846.

⁴⁵ N° 2, de 19 de Dezembro de 1846.

⁴⁶ *Ibidem*. O «governo pessoal» cabralista não era menos iníquo que o Poder absoluto de D. Miguel.

⁴⁷ N° 9, de 4 de Janeiro de 1847. A opinião aparece tão prestes que ao leitor d'*O Espectro* fica a impressão de que a Patuleia precisava somente de um pretexto para eclodir.

⁴⁸ N° 2, de 19 de Dezembro de 1846.

Rainha. No entanto, não tardou e foi demasiado atroz a desilusão de ver a Soberana avalizar o Governo de Saldanha. A evolução dos acontecimentos desconvenia os mais ingénuos. Por conseguinte, as batalhas a travar seriam exclusivamente contra o Cabralismo de novo rosto. E as iras d'*O Espectro* seriam implacáveis. A folha de Sampaio estará ao lado da Junta do Porto, mas falará sempre em nome da Nação e nunca em nome da Rainha.

2.2.1. Mobilizar a Nação

Estão em confronto bélico as «armas nacionaes» e os «exércitos ministeriaes»⁴⁹, estão em luta renhida os «populares e nacionaes» contra os «cabrais-saldanhistas»⁵⁰. Até ao fim, *O Espectro* acentuará o antagonismo da maioria e da minoria, pondo em evidência que a «nobreza, tanto a das cidades como a das provincias, os proprietarios grandes e pequenos, toda a mocidade do paiz, está do lado da junta»⁵¹. Assim é que a «causa popular conta com todas as illustrações, com a propriedade, e com as massas – a da Côrte com alguns garotos que ahi apanhou a cordel, e com meia duzia de ambiciosos obscuros»⁵². O redactor põe em destaque a defesa do interesse nacional, que identifica com a estratégia desencadeada e perseguida pelo «partido nacional»⁵³, na guerra civil em que «Deos abençoa as armas populares por mar e por terra»⁵⁴. É exactamente essa estratégia nacional que justifica a aliança táctica entre «os setembristas e os realistas» e, como conjuntural que é, «não vai além da necessidade instinctiva em que ambos se vêem collocados de guerrear o inimigo commum»⁵⁵. O adversário cabralista saberá explorar em seu favor esta «liga sem convénio»⁵⁶, mas *O Espectro*

⁴⁹ N° 1, de 16 de Dezembro de 1846.

⁵⁰ N° 22, de 9 de Fevereiro de 1847.

⁵¹ N° 19, de 30 de Janeiro de 1847. A citação é do Morning Chronicle, de 12 de Janeiro.

⁵² N° 18, de 25 de Janeiro de 1847.

⁵³ N° 43, de 28 de Abril de 1847. São sinónimas as expressões como «armas populares», «causa liberal», «partido popular», «forças populares», etc., que pelo jornal *O Espectro* se semeiam.

⁵⁴ Suplemento ao n° 42, de 23 de Abril de 1847. O entusiasmo nacional transborda n' *O Espectro*: «Desde o Minho ao Guadiana o país é nosso». N° 40, de 13 de Abril de 1847.

⁵⁵ N° 22, de 9 de Fevereiro de 1847.

⁵⁶ N° 25, de 19 de Fevereiro de 1847.

não se cansará de reiterar que a «coallisão foi sempre sincera» e, voltando a acusação contra o acusador, afirmar: «temos e contamos com o apoio de todos os homens sinceros: os honrados realistas unem-se a nós para salvar o paiz, as instituições e o throno – os acclamadores de D.Miguel só acham apoio nos Cabraes!»⁵⁷.

2.2.2. Salvar a Pátria

Em Dezembro de 1846, *O Espectro* proclamava: «Cidadãos! Sois da Pátria e não do ministerio. Viva a causa nacional»⁵⁸! A partir de Março de 1847, *O Espectro* está com a Junta do Porto para lançar o alerta da «pátria em perigo»⁵⁹. As forças da Liberdade depa-ravam-se com uma atitude inesperada de Saldanha que escamoteava a «impotência do governo para acabar com a revolução»⁶⁰.

Agita-se a ameaça da intervenção estrangeira e os apelos que *O Espectro* doravante formula colhem a sua força da iminência de um acto imperialista que os cabralistas tramaram, invocando a Quádrupla Aliança para exorcizar o aventado perigo miguelista⁶¹. E essa força é tanto mais determinante quanto impressiona e fere o patriotismo liberal, valor em que já não há por ingrediente necessário o amor à Rainha como, no Antigo Regime, havia o amor ao Príncipe. Na verdade, o ardor patriótico é agora nacionalismo romântico, o sentimento do vínculo que prende uma Nação a uma Pátria e que se realiza na liberdade da Independência⁶². Mais que nunca, era demasiado duro o vexame de ver, na torre de S.Julião da Barra, a bandeira britânica desfraldada ao vento. A Coroa que consentira na humilhação reduzia-se a uma «realza nominal»⁶³. A Pátria inva-

⁵⁷ N° 4, de 23 de Dezembro de 1846. Existe n' *O Espectro* uma preocupação em fazer a distinção entre realistas e miguelistas.

⁵⁸ N° 4, de 23 de Dezembro de 1846.

⁵⁹ N° 33, de 19 de Março de 1847. Na expressão do alerta ouve-se uma ressonância nítida da Revolução Francesa.

⁶⁰ N° 28, de 3 de Março de 1847.

⁶¹ A primeira referência à intervenção estrangeira vem no n° 26, de 24 de Fevereiro de 1847.

⁶² Por isso, quando a intervenção se faz, «é uma nacionalidade que se perde». N° 53, de 1 de Junho de 1847. Tivemos oportunidade de assinalar o nascimento do patriotismo contemporâneo e seus ingredientes em tese de Mestrado sobre *Os Levantamentos do Porto em 1808*.

⁶³ N° 63, de 3 de Julho de 1847.

dida, mesmo por nações aliadas, é terra pisada por gente alheia cuja prepotência só conhece o direito da força, e a «vergonha para quem chamou os estrangeiros contra os seus irmãos»⁶⁴.

CAPÍTULO TERCEIRO

O Porto, terra da liberdade

O Porto, o baluarte da Liberdade, ainda resiste.

O Espectro, 1 de Julho de 1847

A população da cidade do Porto tem conhecimento da «Emboscada» de 6 de Outubro quando *A Estrella do Norte* transmite em caixa alta a notícia da *Revolução de Setembro* que dizia: «Á última hora. A Rainha está coacta. O marechal Saldanha impoz-lhe um ministerio...»⁶⁵.

Irrompe a rebelião e instaura-se a Junta Provisória do Supremo Governo do Reino. O primeiro número d'*O Espectro* logo publicaria uma das suas proclamações que rematava em tom vibrante: «Viva o Porto! – O Porto sempre grande, sempre intrepido, sempre heroico, indomito, invencível! – Viva a nação! – Viva a Liberdade! – E ás armas»⁶⁶! A exortação resume um programa de combate e seus valores supremos.

A Guerra Civil da Patuleia é tempo privilegiado em que o Porto reassume, em plenitude, a tradição heróica de Terra da Liberdade. A sua trajectória política, ao longo do século XIX, prova essa constante: em Junho de 1808, levanta-se contra os Franceses; em Agosto de 1820, recusa Beresford e abole o Antigo Regime; em Julho de 1832, acolhe os expedicionários da Liberdade que vão derrubar o Absolutismo de D. Miguel e restabelecer a Carta Constitucional; em

⁶⁴ N° 58, de 18 de Junho de 1847.

⁶⁵ *A Estrella do Norte*, de 10 de Outubro de 1846. O mesmo jornal dava conta da exoneração de Palmela e da chegada ao Porto do Duque da Terceira, missão que logo se frustrou. A notícia da Emboscada sai, de seguida, no Suplemento N° 9 d'*O Informador*, jornal afecto ao Governo de Lisboa, no dia 11 de Outubro (domingo).

⁶⁶ N° 1, de 16 de Dezembro de 1846. Trata-se da Proclamação da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, de 8 de Dezembro de 1846.

Setembro de 1836, rejeita a política cartista de generais, duques e senhores de terras, proporcionando a vitória eleitoral à pequena burguesia industrial e mercantil que se reclama da pureza revolucionária vertida em Constituição de 1822; em Janeiro de 1842, castiga a demagogia setembrista (e até o Iberismo aventureiro de Passos Manuel), preferindo a estabilidade para o progresso, e, restaurando a Carta, opta pela revolução do possível; em Outubro de 1846, repudia o abuso despótico do Cabralismo de Saldanha e proclama-se como sede legítima do Poder Constitucional. É realmente agora o momento grande da «patuleia do Porto»⁶⁷, onde os verdadeiros «defensores da Carta e da Rainha»⁶⁸, que são os liberais (e não os cabralistas); assumem como sua a «postura dos homens livres»⁶⁹.

III.1. A luta da Liberdade

Em proclamação de 22 de Dezembro de 1846, a Junta Provisória faz saber que o «Porto é o baluarte da patria, o Gibraltar da Liberdade, emulo de Saragoça, de Numancia e de Sagunto»⁷⁰. E faz questão em deixar claro que «não é só o Porto, é o coração de D.Pedro legado por elle á cidade eterna»⁷¹.

Está exactamente nessa referência emotiva a Sua Majestade Imperial e Real uma das principais razões de se compreender por que «a bandeira da Junta do Porto é reconhecida como a única nacional»⁷². Na verdade, a força da resistência do Porto não resulta apenas da justiça de sua causa liberal mas também do facto de a cidade se reclamar, contra a conspurcação política de Saldanha, do exercício de uma função purificadora no cumprimento da Carta Constitucional.

⁶⁷ N° 29, de 6 de Março de 1847.

⁶⁸ N° 5, de 26 de Dezembro de 1846.

⁶⁹ N° 50, de 22 de Maio de 1847. É essa postura do Porto que se opõe à «humilhação dos escravos», de Lisboa. Note-se que o contraste entre Porto e Lisboa é um recurso habitual de Rodrigues Sampaio: como aquele em que destaca que a «Junta do Porto no meio de todas as dificuldades de guerra diminue os tributos que a rapacidade da côrte de Lisboa augmentara». N° 16, de 20 de Janeiro de 1847. É esta uma argumentação inteligente que retoma a tática de Mouzinho da Silveira quando redigia os seus decretos a pensar na mentalização pró-liberal que iriam exercer sobre o povo oprimido pelo Regime Miguelista.

⁷⁰ N° 16, de 20 de Janeiro de 1847.

⁷¹ Ibidem.

⁷² N° 37, de 3 de Abril de 1847.

Espadas, canhões e espingardas são as armas com que se combate no teatro de guerra. Não são, porém, as únicas armas da Liberdade a defender e a sustentar. Efectivamente, a mesma luta se trava com o ardor das Proclamações da Junta e com as páginas da Imprensa do Porto⁷³. Nestas frentes, o Porto será verdadeiramente um catalisador da consolidação da ideologia burguesa, modo de pensar e de sentir em que se irá transformar o ideário do Liberalismo político, sumatório dos ingredientes da Revolução, quando se instalar definitivamente o Estado Constitucional, a partir de 1851, com o movimento da Regeneração – plataforma de entendimento nacional para o Novo regime.

III. 2. A Imprensa da Liberdade

São diversos os jornais do Porto, as folhas ou periódicos (como, então, se dizia) que se comprometem nas batalhas pela Liberdade política (QUADRO 1). Nenhum deles, no entanto, sobreleva *O Espectro* no ataque agressivo ao Cabralismo, na atitude vigilante sobre o Diário do Governo para desmascarar a versão oficial dos acontecimentos, na militância de informar o público leitor e ouvinte para formar a opinião pública, no apoio esclarecido à Junta do Porto. E se, nesta época de Patuleia, a Imprensa da Liberdade é a que faz do Porto assunto da ordem do dia e tem o Porto como referencial, *O Espectro* mantém e vive desse conteúdo. Mas há algo mais para que *O Espectro* mereça realce: é o seu carácter missionário que o faz Porto em diáspora, porque leva a toda a parte a causa patriótica que a Cidade Invicta vanguardiza.

O Espectro foi veículo de notícias extractadas de jornais do Porto, tal como foi alimento de muitas páginas da Imprensa tripeira (outra vez em transe dramático para merecer este glorioso nome). Para que esse circuito acontecesse, a inteligência e a astúcia tiveram de superar as deficiências da clandestinidade: no tocante à correspondência (carta ou jornal), à distribuição (gratuita e, obviamente, de pessoa a pessoa) e ao despacho (geralmente, por mala de navio), operações imprescindíveis⁷⁴.

⁷³ Não sem alguma impulsividade jacobina: como aconteceu com a censura à Imprensa não afecta à causa da Junta.

⁷⁴ A junta do Porto aboliu o preço do porte dos jornais. Nº 16, de 20 de Janeiro de 1847. No entanto, as circunstâncias d'*O Espectro* não permitiram que pudesse aproveitar a regalia.

Por tudo o que fica escrito sobre esta importantíssima folha de combate, privilegiemos aqui o estudo da reciprocidade informativa e noticiosa, num pequeno apontamento.

III. 2.1. *O Espectro na Imprensa do Porto*

A presença da folha de Rodrigues Sampaio é familiar. Efectivamente, não se trata apenas de múltiplas citações d'*O Espectro* que enchem as páginas d'*A Estrella do Norte* ou d'*O Nacional*, entre vários outros jornais. Na verdade, esse aspecto quer dizer que a luta é a mesma, o denodado prélio contra o Cabralismo. Mais significativo é o modo como escrevem seus redactores, o estilo literário, a argumentação retórica. Aí transparece a influência do Mestre. Exemplificando:

«Como combatem os soldados da Liberdade digão-no os muros ainda salpicados de sangue da veneranda Torres Vedras, digão-no as campinas arrasadas de Val-passos, os muros de Ourem, e os échos de Vianna. Ainda não esquecerão o que lhes ensinou vosso Pai».

(*A Estrella do Norte*, de 21 de Janeiro de 1847)

Denuncia bem a sua escola quem assim escreve e assim se pronuncia sobre a heroicidade de quantos resistem ao despotismo por fidelidade à memória do senhor D. Pedro⁷⁵.

III. 2.2. *A Imprensa do Porto n'O Espectro*

A Cidade Invicta, a luta armada de guerra e de guerrilha onde corajosamente se empenha, o seu exemplo, a sua mensagem política – aí estão os valores que seus jornais difundem. Esses periódicos que, por via marítima (à vela ou a vapor), os paquetes transportam até Lisboa, apesar de toda a legislação censória.

São as folhas onde correm colunas de noticiário oficial e doutrina que *O Espectro* recolhe por mão correligionária⁷⁶. Dão conhe-

⁷⁵ A mesma prosa apaixonada encontramos na pena de António Augusto Teixeira de Vasconcelos, redactor d'*O Nacional*, amigo e futuro biógrafo de Rodrigues Sampaio.

⁷⁶ São três os jornais do Porto que *O Espectro* cita expressamente. Por ordem

cimento das movimentações militares que fazem as tropas patuleias para libertar vilas e cidades de uma «tyrannia feroz»⁷⁷. E trazem consigo a chama do entusiasmo para que o País saiba que «no Porto está o coração e a vida da Liberdade»⁷⁸.

O Espectro não teria sido o que foi sem a fonte informadora e noticiosa do Porto, nem teriam sido tão seguros e objectivos os fundamentos da sua credibilidade se houvesse de depender somente das notícias da Imprensa de Lisboa (MAPA).

CAPÍTULO QUARTO

Propostas de pesquisa

No que respeita ao jornalismo, nunca será demais encaixar a sua importância para o estudo de quase todos, senão de todos, os aspectos da história oitocentista.

Joel Serrão

A primeira metade do século XIX assistiu à institucionalização da opinião pública como força política. O processo em que a Imprensa actuou como catalisador não pecou por lentidão. Efectivamente, apesar de todos os bloqueios próprios do Novo Regime em fase de crescimento, três décadas foram suficientes para que se falasse em regenerar a Pátria e se estabelecesse uma plataforma definitiva de consenso, a que se deu, exactamente, o nome de Regeneração.

Antes, porém, de se atingir esta fase de conquistas irreversíveis, houve diversos acidentes de percurso que culminaram no levantamento popular da Maria da Fonte e na guerra civil da Patuleia. Nenhuma dessas experiências teria sido o que foi ou, pelo menos, teria alcançado a ressonância que alcançou sem as notícias e a doutrina que as folhas publicaram. Por isso, o conhecimento das correntes de opinião oitocentista e das organizações políticas que as

decrecente: *O Nacional*, 20 citações; *A Estrella do Norte*, 4 citações; *O Progressista*, 1 citação.

⁷⁷ *A Estrella do Norte*, Nº 49, de 8 de Maio de 1847.

⁷⁸ *O Nacional*, Nº 16, de 20 de Janeiro de 1847.

enquadram – os partidos, cuja vocação é a conquista do Poder, passa obrigatoriamente pelo estudo dos periódicos que foram seu veículo e alimento.

A análise do século XIX, tempo poliédrico de Cultura em que se gera a nossa identidade, tem riqueza que suscita perguntas e motiva investigação. Não raramente, desafia a derrubar ídolos e a corrigir erros, ainda que, perante alguns deles promovidos a categorias históricas, se haja de arrostar com a tradição do conformismo que chega até nós camuflada pelo véu de uma consagração imerecida.

IV. 1. Sobre a Revolução Liberal

Não se pode confundir mudança estrutural com alteração de conjuntura. Na verdade, a Revolução que acontece em Portugal de Oitocentos é apenas uma: a Revolução da Liberdade dos cidadãos, a transformação qualitativa que instalou definitivamente o Regime Constitucional. A classe revolucionária foi a burguesia (por pouca ou muita confusão que se detecte nas fases do processo revolucionário, nomeadamente no arranque), e a mudança de estrutura que liderou e/ou de que aproveitou foi realizada à sua medida e à sua imagem. São da burguesia as virtudes e, mais ainda, os defeitos que imprimem carácter ao processo; entre eles, o limite dentro do qual os liberais «reduzem a igualdade aos direitos políticos e a mais nada»⁷⁹. Isto significa que não existe, no século XIX português, outra revolução que não seja a Revolução Liberal, nem outra classe revolucionária finalmente se encontra que não seja a burguesia⁸⁰.

Houve, de facto, opções partidárias para realizar a Revolução, que se resumem no contraponto da Cartismo e do Setembrismo. Todavia, tanto uma corrente como outra são programas de Revolução Liberal. O Setembrismo foi certamente o mais romântico; e o Cartismo o mais consequente. Não descuramos, no entanto, a dupla precaução: nenhuma movimentação social de trabalhadores foi suficientemente autónoma que se fizesse sem o enquadramento setem-

⁷⁹ BRANCIARD, Michel – *Les Libéralismes d'hier à aujourd'hui*, Lyon, Éd. Chronique Sociale, 1987, p. 49.

⁸⁰ Não raciocinamos, obviamente, sobre o tempo curto, factual. Porque 1820 foi apenas a eclosão do processo. Leia-se SERRÃO, Joel – *Temas Oitocentistas* – II, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 227-238.

brista; nem, no diametralmente oposto, alguma concessão ao Miguelismo foi suficientemente arriscada para fazer perigar o Regime Constitucional; tal como o aparelho autoritário do Cabralismo não foi mais o Absolutismo, por muito que se aproximasse a uma reposição do modelo ou aparecesse como seu fantasma. As condições que estavam criadas proporcionavam a Revolução que foi feita e não outra; tanto quanto faziam o Antigo Regime definitivamente ultrapassado e, por isso, impediam o êxito da contra-revolução.

IV. 2. Sobre o Setembrismo

A Revolução é só uma. No entanto, a sua realização não é exclusiva de um partido. A Revolução Liberal é, a este propósito, um claro campo de estudo.

O Cartismo e o Setembrismo apresentam-se na cena política como vias alternativas para o exercício do Poder constitucional. Daí, o antagonismo partidário que inspiram. Contudo, ser cartista e ser setembrista não são posições irredutíveis. Para o mostrar, será bastante contrapor Setembrismo e Cabralismo, e ver melhor como o Setembrismo foi consciência da Liberdade e, por conseguinte, protesto veemente contra a opressão, mas também garante da Carta quando foi preciso defendê-la⁸¹.

Cartismo e Setembrismo correm paralelos no desenvolvimento do processo revolucionário. O sonho é setembrista e o Setembrismo foi sempre mais verdadeiro quando apareceu como fenómeno de Oposição, e mais credível como contra-Poder. A realidade é cartista e o Cartismo foi sempre exercício ou vocação do Poder. Antes e depois da Regeneração. Poderemos perguntar a Garrett por que não lhe bastou o seu Cartismo, e de Alexandre Herculano procurar saber o mesmo. Tal como perguntar a António Rodrigues Sampaio, presidente do Ministério, pelo fogo da sua juventude setembrista⁸².

⁸¹ A análise do Setembrismo será tanto mais clarificadora quanto mais luminosa for a investigação sobre o Cabralismo. Ora o estudo profundo e científico que se exige a este respeito deve ser alargado a uma consideração psicológica do trajecto partidário de Costa Cabral: no que ele terá de militância (ou quiçá vingança) persecutória de um ex-setembrista da ala radical, ex-arsenalista da Guarda Nacional.

⁸² A lembrar-se dos velhos tempos, diria Sampaio, Presidente do Ministério: «A Oposição é precisa para nos esclarecer. Ninguém a quer, posto que todos a julguem necessaria; e até aqueles que militam nas suas fileiras julgam que é ella que sempre salva a pátria». Cf. Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 26 de Março

Haveremos de surpreendê-los, desiludidos mas não incoerentes, a concordar que o Cartismo foi a via possível da Revolução e fez, portanto, a Revolução do possível.

NOTA: As citações d'*O Espectro* vêm referenciadas pelo número e dia do jornal. Frequentemente, abrangem diversas frases ou expressões atinentes ao mesmo local. Aqui, tal como no texto, são preservadas a ortografia e a sintaxe por considerarmos que documentam relevantes aspectos linguísticos e literários.

de 1881. Fora justamente o ter pensado que poderia salvar Portugal o motivo que levava Rodrigues Sampaio, 35 anos depois, a elaborar com José Estêvão. O Manifesto Setembrista, dando o seu aval aos 26 Artigos desse famoso Programa da Calçada do Sacramento.

BIBLIOGRAFIA

- ARANHA, Brito – *Lembrança de um mestre de jornalistas e de um seu discípulo*, «O Occidente», Lisboa, Outubro de 1903, p. 235-237.
- *Factos e homens do meu tempo, Memórias de um jornalista*, 1, Lisboa, Ed. Parceria António Maria Pereira, 1907.
- ARANHA, Brito et al. – 1806-1807, *À memória de António Rodrigues Sampaio* (...), Famalicão, Tip. Minerva, 1906.
- BASTO, A. de Magalhães – *Falam velhos manuscritos... Curta história dum preso do antigo Aljube do Porto*, «O Primeiro de Janeiro», de 25 de Dezembro de 1948.
- CARRASCO, Carlos et al. – *Rodrigues Sampaio e «O Espectro»*, «História», Junho de 1983, p. 59-69; Julho de 1983, p. 51-66; Agosto de 1983, p. 66-85.
- CARVALHO, Joaquim Martins de – *O Espectro*, «O Conimbricense», de 24 de Dezembro de 1875, 9 de Maio de 1876, 14 de Novembro de 1876, 5 de Fevereiro de 1889, 23 de Janeiro de 1894.
- *António Rodrigues Sampaio*, «O Conimbricense», de 23 de Setembro de 1882.
- CIDADE, Hernâni e TORRES, Ruy d'Abreu – *Cultura Portuguesa*, 13, Lisboa, Editorial Notícias, 1974.
- COELHO, Eduardo José – *António Rodrigues Sampaio*, «O Occidente», Outubro-Novembro de 1882, p. 218-251.
- FIGUEIREDO, Cândido de – *Figuras literárias nacionais e estrangeiras*, Lisboa, 1906.
- LAVRADIO, Conde do – *Memórias*, 3, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.
- LEAL, Gomes – *O Renegado* (...), Lisboa, Tip. Largo das Inglesinhas, 1881.
- LOPES, Óscar e SARAIVA, António José – *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, s.d.
- MARQUES, A.H. de Oliveira – *História de Portugal*, 2, Lisboa, Palas Editores, 1976.
- MARQUES, Fernando Pereira – *Do Vintismo ao Cabralismo*, in *Portugal Contemporâneo*, 1, Lisboa, Publ. Alfa, 1990.
- MARTINS, Oliveira – *Portugal Contemporâneo*, 2, Lisboa, Guimarães § Cª Editores, 1979.
- MARTINS, Rocha – *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, Lisboa, Ed. Inquérito, Lª, 1941.
- *Rodrigues Sampaio e os seus jornais*, «Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas», 4, 1941, p. 91-96.
- OLIVEIRA, A. Lopes de – *Rodrigues Sampaio: jornalismo como luta*, «Jornal de Notícias», de 23 de Novembro de 1980.
- ORTIGÃO, Ramalho – *As Farpas*, 3, Lisboa, David Corazzi-Editor, 1887.
- PAVIE, Th. – *Lisbonne, la Cour de Dona Maria et les derniers événements*

- de Portugal*, «Révue des Deux Mondes», 2, Bruxelles, 1847, p. 494-515.
- PERES, Damião (Direc. de) – *História de Portugal*, 7, Barcelos, Portucaleense Editora L.da, 1935.
- PIMENTEL, Alberto – *Vinte anos de vida literária*, Lisboa, 1889.
- PRAÇA, Afonso – *Um jornal clandestino do século XIX*, «*O Espectro*» do *Sampaio da Revolução*, «História», Fevereiro de 1979, p. 42-46.
- RAMOS, João de Oliveira et al. – *António Rodrigues Sampaio, Homenagem prestada à sua memória pela Imprensa do Porto*, Porto, Real Tip. Lusitana, 1882.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira – *Homenagem a António Rodrigues Sampaio*, Lisboa, Lallemand Frères, 1884.
- SÁ, Victor de – *O Sampaio da Revolução nas fracturas do século*, Porto, Ed. Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1984.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de (Direc. de) – *História da Literatura Portuguesa Ilustrada dos séculos XIX e XX*, Porto, Liv. Fernando Machado, 1942.
- SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos – *Intelectuais Portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, Ed. Presença, 1985.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, 8, Lisboa, Ed. Verbo, 1986.
- SOARES, Franquelim Neiva – *António Rodrigues Sampaio, 1806-1882*, Antologia, Lisboa, Ed. da Câmara Municipal, 1982.
- TENGARRINHA, José – *António Rodrigues Sampaio (1806-1882)*, in *Dicionário de História de Portugal*, 3, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.
- *O Espectro*, Ibidem, 2.
- *La Presse illégale portugaise pendant la Guerre Civile de 1846-1847*, «Bulletin des Études Portugaises», 27, 1966, p. 137-156.
- *António Rodrigues Sampaio, Desconhecido*, «Diário de Lisboa», de 15, 22 e 29 de Novembro de 1962.
- *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Portugália Editora, 1965.
- VASCONCELOS, António Augusto Teixeira de – *O Sampaio da «Revolução de Setembro»*, Paris, 1859.
- *Centenário de António Rodrigues Sampaio*, «O Occidente», 29, 1906, p. 162-163.
- VELOSO, Augusto Rodrigo – *Jornalistas Portugueses*, 1, António Rodrigues Sampaio, Lisboa, 1910.
- VILHENA, J.E. d'Almeida – *António Rodrigues Sampaio*, in *Catálogo-Almanach da Imprensa Aveirense*, Aveiro, 1883, p. 107-109.

INSTRUMENTOS DE TRABALHO

- PEREIRA, A. Xavier da Silva – *Os jornaes portugueses. Sua filiação e metamorphoses (...)*, Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1897.
- REIS, Artur Duarte Souza – *Catalogo da Biblioteca Publica Municipal do Porto, Jornaes (...)* desde 1667 a 1895, Porto, Imprensa Civilização, 1896.
- SILVA, Innocencio Francisco da – *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, 1973, vols. 1, 8, 22.

**TEMPO CRONOLÓGICO D'O ESPECTRO
ACONTECIMENTOS NACIONAIS**

Data	Geral	Especial: Imprensa do Porto
27 JUL 46	Gabinete Palmela faz público o Decreto para as Eleições Legislativas	
14 SET 46		Início da publicação d' <i>O Puritano</i>
1 OUT 46		Início da publicação d' <i>O Progressista</i>
3 OUT 46	Palmela apresenta provas de conspiração miguelista	
5 OUT 46	Manifesto setembrista	
6 OUT 46	Golpe de Estado: Ministério Saldanha	
7 OUT 46	Decreto de suspensão de liberdades e garantias	
9 OUT 46	Dissolução das Câmaras de Pares e Deputados Anulação do Decreto das Eleições Pronunciamento do Porto e detenção do Duque da Terceira	
10 OUT 46	É proclamada no Porto a Junta Provisória do Governo Supremo do Reino	
13 OUT 46	Ordem de prisão a dirigentes da Oposição	
18 OUT 46		Fim da publicação d' <i>O Informador</i> Suspensão da publicação d' <i>O Puritano</i>
19 OUT 46		Aparecimento do <i>Boletim Cartista</i>
31 OUT 46		Suspensão da publicação do <i>Periodico dos Pobres no Porto</i>
4 NOV 46	As forças setembristas ocupam Santarém	
6 NOV 46	Saldanha inicia a campanha do Norte	
16 NOV 46	Operações de Sá da Bandeira em Valpaços	
25 NOV 46	As forças miguelistas entram em Guimarães	
22 DEZ 46	Derrota patuleia em Torres Vedras	
26 DEZ 46	Derrota miguelista em Braga	
1 FEV 47	Embarque dos prisioneiros de Torres Vedras para o degredo em África	
28 MAR 47	Expedição de Sá da Bandeira ao Algarve e marcha sobre Lisboa	
3 ABR 47		Início da publicação d' <i>O Ecco Popular</i>

TEMPO CRONOLÓGICO D'O ESPECTRO
ACONTECIMENTOS NACIONAIS (cont.)

Data	Geral	Especial: Imprensa do Porto
11 ABR 47	Assédio frustrado à capital	
21 MAI 47	Protocolo de Londres para uma intervenção em Portugal	
27 MAI 47	Bloqueio da barra do Douro pela armada britânica	
30 MAI 47	Expedição falhada do Conde das Antas para o Sul	
31 MAI 47	As forças de intervenção estrangeira intimam a Junta do Porto a aceitar o armistício	
21 JUN 47		Fim da publicação <i>d'A Estrella do Norte</i>
23 JUN 47		Fim da publicação <i>d'O Progressista</i>
29 JUN 47	Convenção de Gramido	
30 JUN 47	Dissolução da Junta do Porto	
2 AGO 47		Retoma da publicação do <i>Periodico dos Pobres no Porto</i>
22 AGO 47	Formação de novo Ministério	
1 SET 47		Início da publicação <i>d'A Columna</i>
2 JAN 48	Abertura oficial das Cortes	

FICHA TÉCNICA

Título	O Espectro
LEMA	Admonet in somnis et turbida terret imago Hórrido espectro me atormenta em sonhos
NATUREZA	Jornal político
TENDÊNCIA	Setembrista
FORMATO	19 x 26 (folha) e 15 x 23 (mancha, a 2 colunas)
Nº DE PÁGINAS	4 ¹
PERIODICIDADE	Variável ²
SÉRIE TOTAL	63 números ³
DATA DE LANÇAMENTO	16 de Dezembro de 1846
FIM DE PUBLICAÇÃO	3 de Julho de 1847
PREÇO	Gratuito
EDITOR RESPONSÁVEL	António Rodrigues Sampaio
REDACÇÃO	António Rodrigues Sampaio
TIPOGRAFIA	Costa Pratas ⁴
TIRAGEM	Reduzida ⁵
ARRANJO GRÁFICO	4 secções: 1. Artigo de fundo 2. Excertos de jornais e correspondência 3. Actos oficiais da Junta do Porto 4. À última hora e/ou correspondência interceptada (correio do Governo de Lisboa, a partir do nº 43)

¹ Os números 44, 53 e 57 têm 6 páginas

² De 2/3 dias em 2/3 dias, aproximadamente

³ Com 9 Suplementos (aos números 22, 25, 31, 41, 42, 44, 49, 54)

⁴ Impressão feita geralmente em Lisboa

⁵ Na casa das centenas, não mais: a clandestinidade do jornal e as condições extremamente penosas em que foi realizado obrigam a esta conclusão.

QUADRO I

Jornal	Periodicidade	Tendência	Duração	Impressão
<i>O Informador</i>	Diário	Cartista	1 Out 46 – 18 Out 46	Tipografia Constitucional
<i>Periodico dos Pobres no Porto</i>	Diário	Cartista	15 Jan 34 – 31 Mar 58 ¹	Tip. de Álvares Ribeiro
<i>A Estrella do Norte</i>	Diário	Setembrista	8 Jun 46 – 21 Jun 47	Tip. de Sousa Faria ²
<i>O Nacional</i>	Diário	Setembrista	25 Mai 46 – 11 Nov 70	Tip. de Faria Guimarães
<i>O Puritano</i>	Diário	Cartista	14 Set 46 – 31 Mar 48 ³	Tip. da Revista
<i>O Progressista</i>	Tri-Semanário	Setembrista	1 Out 46 – 23 Jun 47	Tip. de Freitas Júnior
<i>O Ecco Popular</i>	Diário	Setembrista	3 Abr 47 – 7 Jul 60	Tip. de José Lourenço de Sousa
<i>Boletim Cartista</i>	Diário	Cartista	19 Out 46 – ?	?

¹ Interrompeu a publicação em 31 de Outubro de 1846 e retomou em 2 de Agosto de 1847

² Os primeiros 44 números foram compostos na Tip. da Rua Formosa

³ Interrompeu a publicação em 18 de Outubro de 1846 e retomou em 2 de Agosto de 1847

FONTE: Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

MAPA
O ESPECTRO NA PATULEIA



